



Título: O Processo de Integração da Venezuela no Mercosul e suas Implicações no Âmbito Regional e Internacional

Autor(a): Juliana Faria e Kalki Zumbo Coronel Guevara

Publicado em: Revista Eletrônica de Direito Internacional, vol. 5, 2009, pp. 176-201

Disponível em: <http://www.cedin.com.br/revistaeletronica/volume5/>

ISSN 1981-9439

Com o objetivo de consolidar o debate acerca das questões relativas ao Direito e as Relações Internacionais, o Centro de Direito Internacional – CEDIN - publica semestralmente a Revista Eletrônica de Direito Internacional, que conta com os artigos selecionados de pesquisadores de todo o Brasil.

O conteúdo dos artigos é de responsabilidade exclusiva do(s) autor(es), que cederam ao CEDIN – Centro de Direito Internacional os respectivos direitos de reprodução e/ou publicação. Não é permitida a utilização desse conteúdo para fins comerciais e/ou profissionais. Para comprar ou obter autorização de uso desse conteúdo, entre em contato, info@cedin.com.br

O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DA VENEZUELA NO MERCOSUL E SUAS IMPLICAÇÕES NO ÂMBITO REGIONAL E INTERNACIONAL

*Juliana Faria**

*Kalki Zumbo Coronel Guevara***

RESUMO

O presente artigo tem a função de analisar o processo de integração da Venezuela ao Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), procurando compreender as intenções venezuelanas à integração assim como as implicações que tal processo acarretaria para o bloco econômico, bem como para o Estado venezuelano. A partir dessas circunstâncias serão abordados os aspectos políticos, econômicos e sociais presentes nos atores envolvidos em tal estudo, no intuito de se compreender suas dinâmicas e interações no âmbito regional e internacional, dando-se destaque ao papel desempenhado pelo líder político Hugo Chávez.

Palavras-chaves: MERCOSUL, Venezuela, Hugo Chávez, Direito Internacional e Relações Internacionais.

ABSTRACT

This article was written for the purpose of analyzing Venezuela's integration process into the Southern Common Market (MERCOSUR), attempting to understand Venezuela's intentions in the integration process as well as the implications this process brings to the economic block as well as to Venezuela. Besides these circumstances, political, economical, and social aspects of the involved actors will also be presented in this article, especially those relating to Venezuelan leader Hugo Chaves, so as to better understand their dynamics and interactions in a regional and international scale.

Keywords: MERCOSUR, Venezuela, Hugo Chávez, International Law, and International Relations.

* Graduando em Relações Internacionais pelo Centro Universitário de Belo Horizonte (UNI-BH) e membro do Grupo de Pesquisa do Centro de Direito Internacional (CEDIN).

** Bacharel em Relações Internacionais pelo Centro Universitário de Belo Horizonte (UNI-BH); pós-graduando em Direito Internacional pelas Faculdades Milton Campos/CEDIN; e membro do Grupo de Pesquisa do Centro de Direito Internacional (CEDIN).

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. CONTEXTUALIZAÇÃO	6
3. ERA CHÁVEZ	8
3.1 Políticas de Chávez	8
4. O MERCOSUL	12
5. RELAÇÃO VENEZUELA E AMÉRICA LATINA	17
6. ADESÃO DA VENEZUELA NO MERCOSUL COMO ESTADO-MEMBRO: VANTAGENS E DESVANTAGENS	19
6.1 Para o MERCOSUL	19
6.2 Para a Venezuela	20
6.3 Etapas do processo de adesão	21
7. CONCLUSÃO	23
REFERÊNCIAS	24

1. INTRODUÇÃO

Em 20 de abril de 2006 o presidente venezuelano Hugo Chávez confirmou à sociedade internacional a saída da Venezuela da Comunidade Andina de Nações (CAN)¹, através de um comunicado oficial feito pelo corpo diplomático de seu país à Secretaria Geral da Comunidade Andina. Tal decisão foi defendida pelo presidente Chávez com a alegação que seu país não estava desfrutando de avanços significativos em suas relações internacionais, optando por essa razão apostar em uma integração com outros países da mesma região, os integrantes do MERCOSUL².

Segundo o Tratado de Assunção de 1991, onde se foi dada início a criação do Livre Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), tendo como Estados fundadores Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, estão citados no Capítulo V – Art. 20 as condições e maneiras para que se torne possível uma futura adesão por parte de outros Estados interessados em constituir o bloco regional. Estes Estados por sua vez, a partir do momento que tornarem públicas suas intenções, deverão esperar que estas sejam aprovadas pelos Estados membros, que as analisarão no intuito de avaliar e se inteirarem sobre as propostas dos candidatos. Para que a adesão se conclua, deve-se ter uma aprovação unânime entre os Estados membros, pois apenas um voto contra, pode vetar toda a adesão. Atualmente o MERCOSUL se constitui da seguinte forma: além de estarem presentes os membros já supracitados, participam de tal bloco países como a Bolívia, o Chile, o Peru, o Equador e a Colômbia, que fazem parte de um grupo de Estados Associados, mantendo uma relação bilateral entre o bloco. Esta relação fomenta graduais baixas nas taxas tarifárias comerciais, possibilitando entre estes e os Estados membros do bloco, um maior fluxo, intercâmbio e relações comerciais mais dinâmicas e versáteis.

Após ter feito tal pronunciamento frente a sociedade internacional e tornado público a intenção venezuelana de aderir ao MERCOSUL, o presidente Hugo Chávez

¹ A Comunidade Andina foi criada em 1969, com a assinatura do Acordo de Cartagena, que ficou conhecido como "Pacto Andino". Trata-se de uma organização sub-regional, hoje integrada por cinco países: Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela. Disponível em: <<http://www.comexnet.com.br/comexnet/index.cfm?pag=cont/exp/5.cfm#3>>. Acesso em: 13 de abril de 2009.

² O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) foi criado pelo Tratado de Assunção (1991), seu instrumento jurídico fundamental, assinado pelos quatro países membros: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. A Bolívia e o Chile são países associados ao MERCOSUL. Disponível em: <<http://www.comexnet.com.br/comexnet/index.cfm?pag=cont/exp/5.cfm#3>>. Acesso em: 13 de abril de 2009.

compareceu na reunião ministerial dos membros do referido bloco econômico, realizada em 16 de junho de 2006, na cidade argentina de Buenos Aires. Na ocasião o presidente venezuelano, que esteve reunido com os chefes de Estado e diversas outras autoridades representantes dos membros do bloco econômico, passou a negociar as formas e os métodos necessários para a concretização de sua adesão ao MERCOSUL.

Nesse sentido, no bojo das primeiras negociações, foram-se traçando acordos que passaram a possibilitar a intenção do país candidato à assumir uma vaga no bloco regional, condição esta que além de precisar estar condicionada, por parte do Estado candidato, à padrões econômicos, sociais e políticos – aspectos estes melhor abordados no decorrer desse trabalho -, dependeria necessariamente do consentimento dos demais membros.

Posteriormente, em julho do mesmo ano, os presidentes do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, atendendo à um convite de Hugo Chávez, se encontraram em Caracas, em uma reunião extraordinária, com o intuito de discutirem exclusivamente a integração da Venezuela. Esse encontro foi marcado pela ratificação da carta de adesão, firmada com a assinatura dos respectivos países que passavam a admitir o Estado venezuelano como membro pleno do MERCOSUL, ou seja, sua aceitação política por parte do Poder Executivo dos Estados membros.

Esse acontecimento apenas foi possível em função da boa relação política existente entre os presidentes da região, levada a cabo pelo líder Hugo Chaves, principalmente no que diz respeito às suas expectativas com relação à integração regional. Destacam-se nesse caso diversas iniciativas bilaterais, em particular no que diz respeito aos setores econômicos e industriais, traçadas entre a Venezuela e seus países vizinhos, no intuito de promoverem um desenvolvimento mais promissor e desenvolverem a prática da cooperação política, responsável em grande medida pelo bom andamento de suas relações internacionais.

Citam-se como exemplos parcerias firmadas com os membros do MERCOSUL com relação a comercialização de produtos agrícolas e industrializados, mas principalmente com relação ao fornecimento do petróleo, fonte energética encontrada em abundância no território venezuelano. Assim sendo, essas práticas foram de suma importância não apenas para as relações comerciais, como também para as relações políticas mantidas entre esses Estados.

Não obstante, para que a Venezuela possa usufruir de fato das vantagens e normas contidas no MERCOSUL, esta necessita ainda de passar por um processo de

aprovação mais amplo, pois apesar de ter ratificado a carta de adesão juntamente com os demais Chefes Executivos dos Estados fundadores do bloco, todavia lhe falta uma aprovação por parte do Poder Legislativo do Brasil e do Paraguai.

Essa aprovação que perdura por um longo período de tempo entre os poderes legislativos do Brasil e do Paraguai é um fator que continuamente se contra-opõem aos interesses de Hugo Chávez e seu país, prorrogando conseqüentemente a decisão da adesão venezuelana ao MERCOSUL, ou não.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO

Sendo a capital Caracas com 1,8 milhões de habitantes, a República Bolivariana da Venezuela possui uma área de 912.050 km² em território continental e 30.000 em território insular. Sua população corresponde a 27,3 milhões de habitantes, possuindo uma densidade populacional de 29,9 habitantes por km². A língua oficial é predominantemente o Espanhol, embora algumas línguas indígenas como o Pemón e o Warao também sejam reconhecidas como línguas oficiais³.

A unidade monetária passou a ser alterada em janeiro de 2008, tendo-lhe sido retirada três casas decimais, pela qual passou a ser denominada como “bolívar forte”. De acordo com as cifras da nova moeda, o valor de 1,00 dólar (USD) passou a ser equivalente a 2,15 do bolívar forte (BsF). A nova moeda foi criada pelo presidente venezuelano com a intenção de controlar a inflação do país⁴ que se encontrava em altíssimos patamares.

O atual Chefe de Estado e de governo é Hugo Chávez Frias, que perdura no governo desde 1998, sendo que os principais partidos políticos do país são: o Movimento Quinta República (MVR); a Ação Democrática (AD); o Comitê de Organização Eleitoral Independente (COPEI); o Movimento para o Socialismo (MAS); o Primeiro Justiça (PJ); a Causa Radical (LCR); o Convergência Nacional (CN); o denominado Um Novo Tempo (UNT); e o partido único do presidente criado em 2007, o Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV)⁵.

A indústria venezuelana é composta basicamente por produtos agrícolas, semi-faturados e têxteis, sendo que a matriz energética de tal Estado possui como principal fonte de energia o petróleo, material este responsável por grandes avanços no desenvolvimento nacional e tido como principal propulsor da economia do país⁶. A

³ Disponível em: <http://www.missaovenueuela.gov.pt/avenezuela_hoje.asp>. Acesso em 08 de abril de 2009.

⁴ Ver em:

<http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=405934>. Acesso em : 08 de abril de 2009.

⁵ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u105844.shtml>>. Acesso em: 08 de abril de 2009.

⁶ “A efervescência da economia venezuelana é fruto direto, mas não exclusivo, da expansão dos preços do petróleo para uma média de 57,4 dólares por barril tipo brent (dezembro de 2005). Os hidrocarbonetos são e continuarão sendo por muitos anos um poderoso instrumento de suporte desta economia. Mas, então, o que há de novo na Venezuela? A novidade é que definitivamente o país está semeando o petróleo

Venezuela é o sexto país com maior reserva de petróleo no mundo, sendo a maior reserva fora do Oriente Médio. Porém, apesar de possuir tal reserva energética, ao longo dos anos de 1970 até os de 1990 a pobreza e desigualdade social aumentaram bruscamente, caracterizando o Estado como um dos mais vulneráveis da região. Mesmo o petróleo tendo abastecido durante anos o crescimento econômico do país, trazendo prosperidade à classe média, com o advento das crises petrolíferas de meados do século XX, o setor sofreu constantes quedas, e assim a taxa de pobreza saltou de 1970 até os anos de 1990 de 25% para 65%⁷, desestruturando não apenas a elite, mas também o Estado como um todo.

A partir desse período a Venezuela passa por uma larga fase de transições governamentais, permeando nessas movimentações uma intensa pressão das políticas neo-liberais levadas à cabo por presidentes tais como Rafael Caldera, Carlos Andrés Perez, Herrera Campins e Jaime Lusinchi, que aliados à políticas externas oriundas principalmente dos Estados Unidos, passavam a favorecer apenas os setores econômicos e empresariais, deixando à mercê os demais setores da sociedade.

Esse comportamento, por sua vez, causava uma forte repulsa e indignação por parte das classes mais pobres da sociedade, recorrendo com isso a manifestações e reivindicações à favor de uma melhoria em suas condições de vida. Sendo assim, foi nesse contexto que tornou-se propício e favorável o momento para o surgimento da imagem de Hugo Chávez e seus partidários, acompanhados de seus ideais nacionalistas e populistas que, cativaram a população e envolveram o Estado de tal forma que merece ser analisada de mais atenciosamente, como poderá se evidenciar à seguir.

nos setores produtivos da economia, como rogou Arturo Uslar Pietri há mais de 70 anos. Parte dos ingressos petrolíferos são utilizados como fonte de financiamento para a estruturação e o fortalecimento do mercado interno – desenvolvimento endógeno, para um processo soberano de industrialização e a definitiva independência econômica. O petróleo significa uma arma para a superação da economia rentista, improdutiva e importadora, estabelecida desde pouco antes dos anos 1920, quando iniciaram as explorações do “excremento do diabo” no Lago de Maracaibo”. Visto em <<http://www.voltairenet.org/article141468.html>>. Acesso: 09 de abril de 2009.

⁷ O REFERENDO NA VENEZUELA - Um ato em um drama inacabado. MCCOY, Jennifer. 4 de junho de 2005, p. 3.

3. ERA CHÁVEZ

3.1 Políticas de Chávez

A entrada de Hugo Chávez na presidência do país constituiu-se em um fator de grande relevância para a transformação da história venezuelana. Nas eleições de 1998 a sociedade procurou encontrar um chefe de Estado que correspondesse com as vontades e necessidades da maioria de sua população, habitantes de um país em que se encontrava marginalizado e convivente com a pobreza, marcada por uma série de injustiças e atrocidades, durante um largo espaço de tempo.

Assim sendo, a eleição do líder político Hugo Chávez na presidência da Venezuela caracterizou-se como um marco institucional não apenas para a política, mas como também para a sociedade. Torna-se importante destacar que Chávez surge oriundo das Forças Armadas, em que, possuindo a patente de Tenente-Coronel e fazendo uso de seus conhecimentos na área das Ciências Políticas - na qual é formado -, passa a cativar em massa a população venezuelana, através da prática reiterada de discursos populistas e nacionalistas.

Dessa forma, logo que o novo governo assumiu a presidência do país, deparou-se com uma série de impasses e intransigências que dificultavam sua inserção no campo da política nacional, bem como sua atuação nos diversos setores do Estado. Essas imposições se davam em grande medida em função das classes e setores sociais, que por estarem ligadas à um sistema político-ideológico contrario ao seguido pelo presidente, se opunham ferrenhamente a todas suas atividades.

Deve-se mencionar que a Venezuela foi um país, não diferentemente dos demais países componentes do continente latino americano, marcado por um frágil sistema político, econômico e fortemente sujeito à diversas influências externas, responsáveis essas por ditarem as tendências e os rumos de suas tomadas de decisão. Menciona-se nesse caso o papel predominante da política estadunidense que esteve presente de forma incisiva e determinante em vários períodos da história do país, dando-se destaque aos anos que vão de 1960 até 1990, em detrimento principalmente do período de Guerra Fria e da disputa travada entre os blocos socialistas e capitalistas que dividiam o mundo naquela época.

Dentre as principais influências que agiam no território venezuelano provenientes do plano externo, merecem ser destacadas a presença do sistema político neo-liberal que através de suas características – diretamente ligadas ao sistema

econômico capitalista – passaram a influenciar de forma predominante o setor empresarial, econômico e social, que por sua vez, ditavam a política desempenhada pelos governantes nacionais e traçavam a forma na qual a Venezuela passava a se posicionar frente ao ambiente regional e internacional.

Com isso, quando da advinda ascensão ao poder de Hugo Chávez, este recebeu forte apoio popular devido principalmente à seu discurso populista e imagem carismática, características estas que foram se formando durante sua candidatura e passaram a se perdurar no pós eleição. Nos primeiros anos de seu governo, Chávez se viu largamente pressionado pelos donos das grandes empresas nacionais e multinacionais, além de principalmente ter sido alvo constante de críticas dos meios de comunicação, tais como jornais, rádios e emissoras de televisão de todo o país.

Os motivos pelas quais as críticas eram feitas se dava pelo fato do presidente utilizar em seus discursos falas que não agradavam os detentores do poder econômico e os donos dos canais midiáticos. Conseqüentemente aos discursos pronunciados pelo líder político, eram colocadas em prática as políticas governamentais propriamente ditas, que diziam respeito à um grande controle exercido em cima das diversas movimentações que se davam nos meios econômicos, financeiros e de comunicação, acompanhados muitas vezes até mesmo por restrições ao campo de atuação de cada um desses setores.

De forma a agravar mais a tensão existente entre governo e setor econômico/empresarial, Hugo Chávez toma a decisão de promover um referendo no intuito de realizar uma reforma constitucional. Assim sendo, logo nos primeiros anos de seu mandato, logra uma vitória à seu favor pelo fato de ter conseguido aprovar tal referendo e, conseqüentemente, a mudança constitucional tão esperada. Esta mudança foi responsável por uma concessão de maiores poderes ao Executivo, tais como um maior espaço para a intervenção do Estado na economia, além de adiantar as eleições presidenciais – acabaram sendo realizadas no ano 2000, em vez de acontecerem em 2002 como previa a antiga Constituição -, e aumentar o período de permanência do chefe do executivo no governo, que passou de quatro para sete anos.

Entretanto, essa vitória de Chávez com relação a reforma constitucional, acabou ocasionando uma reação interna desfavorável talmente grave que, conseqüentemente, foi se organizando um movimento de oposição ao governo – tendo como apoio o setor empresarial, as Forças Armadas e a elite da sociedade – em que acabou por desencadear um golpe de estado em abril de 2002. Tal golpe foi posto em prática a partir do anúncio

de greve geral, levado à cabo pela “Federación de Cámaras y Asociaciones de Comercio y Producción de Venezuela (Fedecámaras) e a “Confederação Venezuelana de Trabalhadores (CVT), que mobilizaram integrantes da categoria para protestarem sobre suas causas⁸.

Posteriormente, foi a vez das próprias Forças Armadas entrarem em cena através da prática de pressões políticas, obrigando conseqüentemente Hugo Chávez a renunciar do poder e, colocando em seu lugar o presidente da Fedecámaras, Pedro Carmona⁹. Não obstante, apesar da real deposição de Chávez, se desencadeou através de seus aliados partidários e parte significativa da população venezuelana um “contra-golpe”, no qual reivindicando-se e enfrentando oposição, logram voltar com o presidente Chaves ao governo. Esse acontecimento, que perdurou por um breve espaço de tempo – mais especificamente do dia 10 de abril de 2002 até o dia 14 de abril do mesmo ano -, foi de extrema importância para a trajetória do líder político venezuelano. Isso se dá pois além de ter conseguido reverter e superar o golpe de estado que o depos, este assume uma simpatia ainda maior entre a população que o apóia, adquirindo com isso um maior ganho político para com o povo.

Com isso, Chávez consegue aprovar em 15 de agosto de 2004 outro referendo que colocou em votação a revogação ou não do mandato presidencial. O referendo foi o resultado da ação do movimento iniciado em 2002 que vai contra as políticas do governo e desde essa época foi mantido com protestos e passeatas exigindo a renúncia de Chávez e o adiamento das eleições que aconteceria em 2006 (MCCOY, 2005). O resultado vitorioso de mais esse referendo pode ser explicada pelas políticas adotadas por Chávez, segundo afirma o autor VILLA, Rafael em seu livro “Venezuela: mudanças políticas na era Chávez”:

A dimensão política que se expressa em índices de aprovação popular e eleitoral é uma conseqüência de opções e medidas sociais concretas em prol dos setores mais marginalizados da população venezuelana, sobretudo depois do golpe do [dia] 11 de abril de 2002, quando foi clara a identificação deste setor social com a figura de Chávez (VILLA, 2005, p. 165).

Chávez ainda consegue se reeleger-se em 2006 obtendo 62,9% dos votos válidos e em 2007 aprovar mais um referendo, dessa vez levando-se em consideração a emenda constitucional que coloca fim ao limite de eleições de cargos executivos no país, na qual

⁸ Disponível em:

<http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20070912160149.pdf?PHPSESSID=b186bab353e1938f3d5442a9c5133ad8>. Acessado em: 22/09/2009.

⁹ Idem, p.9.

o “sim”¹⁰ sai vitorioso, cedendo ao governo chavista mais uma conquista importante para sua manutenção do poder.

A partir dessas circunstâncias, pode-se destacar que o governo de Hugo Chávez passou a ter êxito em suas empreitadas públicas uma vez que esse apostou firmemente na promoção de políticas assistencialistas e populistas, conseguindo com isso a simpatia das massas e o espaço que necessitava para desenvolver seu plano de governo. Podem-se destacar como exemplos dessas práticas assistencialistas o fato de se passar a investir economicamente em setores da sociedade que estiveram por um longo tempo marginalizados, através do uso de bônus ou programas de auxílios financeiros; assim como também a prática da chamada “democracia participativa”, na qual concede ao cidadão comum um grau de participação (por meio de programas governamentais) nas tomadas de decisão do Estado. Assim sendo, passou-se estruturar uma política embasada na força e no poder das massas da sociedade, ou seja, do povo.

¹⁰ Segundo o Conselho Nacional Eleitoral (CNE), com 94,2% das urnas apuradas, o "sim" levou 54,36% dos votos (mais de 6 milhões), o que fez com que a emenda constitucional fosse aprovada. Já a proposta do "não", defendida pela oposição, obteve 45,6 %, o equivalente a 5 milhões de votos. Ver em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/02/090217_chavezradicaliza_cj_cq.shtml>. Acesso em: 9 de abril de 2009.

4. O MERCOSUL

As instituições internacionais são utilizadas na construção das organizações internacionais e, segundo Herz (2004) “a rede de organizações internacionais faz parte de um conjunto maior de instituições que garantem uma certa medida de governança global.”

Uma instituição internacional é formada por Estados soberanos e possui um interesse institucional em seu caráter, precisamente em instituições internacionais mais técnicas, onde por via de uma hierarquia e imposição de regras ditatoriais¹¹ se pode falar mais facilmente de um “interesse institucional”, já que é a “vontade” da instituição que irá orientar suas regras, como afirma Elster (1994).

Considerando a premissa racionalista sobre as instituições internacionais, de acordo com Keohane (1988), todo o arranjo entre atores do sistema internacional, se não fosse mutuamente benéfico, não haveria necessidade de haver as instituições internacionais. Assim, as instituições existem para facilitar a cooperação entre atores e suas barganhas de benefícios, apesar de haver custos de comunicação, monitoramento e execução. Tais custos devem ser relativamente baixos para os Estados em vista dos ganhos de se aderirem a uma instituição internacional.

Para Seitenfus (2005), as organizações internacionais são definidas pela seguinte forma: “trata-se de uma sociedade entre Estados, constituída através de um Tratado, com a finalidade de buscar interesses comuns através de uma permanente cooperação entre seus membros.” Estes interesses estão implícitos nos objetivos de um organização internacional, podendo ser eles: desenvolvimento econômico e/ou social, obtenção ou manutenção da paz, resolução de conflitos, entre outros¹².

A integração regional envolve o conceito de região, podendo esta ser constituída por certos critérios como: socioculturais, econômicos, climáticos, entre outros. O termo integração regional, segundo Herz (2004): “É um processo dinâmico de intensificação em profundidade e abrangência das relações entre atores levando à criação de novas formas de governança político-institucionais de escopo regional.”

¹¹ Para o autor, quando há uma democracia dentro de uma instituição, não é claro como a vontade ou interesse desta devem ser definidos, já que haverá alternativas divergentes e em política a unanimidade é a exceção.

¹² <http://www.direitonet.com.br/resumos/exibir/284/Organizacoes-internacionais-I>

Como explica Herz (2004), a integração regional no Cone Sul¹³ da América Latina tem seu início desde o início do século XIX, com Simon Bolívar em sua tentativa de criar três federações no continente: México juntamente com a América Central no norte e uma na América do Sul. Esta tentativa, explicitada na Carta da Jamaica de 1815 com mais outras tantas de Bolívar era uma forma de defender os países latino-americanos da possível reconquista das potências européias de suas ex-colônias. Esta idéia não foi concretizada devido a não consolidação total, todavia, dos países da região, assim pelo fato de que o Brasil mantinha-se ligado à coroa portuguesa mesmo em seu pós-independência e a Argentina enxergar o projeto com receio, acreditando que Bolívar poderia tentar liderar hegemonicamente toda a região.

Daí em diante começa a árdua luta de integração dos países latino-americanos, desenvolvendo instituições, uma após a outra, porém a maioria não se firmando. Primeiro veio a Organização dos Estados Americanos (OEA) em 1948, assim como: a Associação Latino Americana de Livre Comércio (ALALC) em 1960 – sendo esta substituída mais tarde pela Associação Latino-Americana para o Desenvolvimento de Integração (ALADI); a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) em 1948 e o Instituto para Integração Latino-Americana (INTAL) em 1966. Estas instituições tinham um caráter político-ideológico, o da união dos povos latino-americanos, afirma Lavina et alli (1994).

Apesar do fracasso de várias tentativas destas acima citadas e de seus antecedentes objetivos, seus resquícios ficaram para a formação do futuro bloco. Após a percepção da dificuldade de concretizar a integração de toda a América Latina, então começa a surgir a idéia de blocos sub-regionais em 1980, especificamente a Área de Livre Comércio (ALCA) e o MERCOSUL, ambos com véis da integração econômica inicialmente. No caso do MERCOSUL, esta integração econômica veio com o objetivo de melhorar o bem-estar da região e inseri-la na economia mundial. Atualmente o bloco possui um caráter político forte na região, notadamente em algumas declarações e protocolos adotados, como exemplo a Declaração de Zona de Paz, assinada em 1998 no Protocolo de Ushuaia na Argentina pelos Estados-Parte, quando estes assumem manter um compromisso contra uma possível corrida armamentista.

¹³ “A definição do Cone Sul como uma região específica é recente e refere-se ao formato geográfico dos Estados-parte do MERCOSUL.” Em HERZ, Mônica, 2004, p. 200.

O caráter democrático dos governos dos Estados-Parte do bloco é relevante já que o processo de integração da região deu-se juntamente com seus processos de redemocratização, como afirma Herz (2004). Em 1983 ocorreram as primeiras eleições após a ditadura militar na Argentina, em 1985 no Brasil e Uruguai e por último no Paraguai em 1989. No tratado de Assunção não havia uma referência à democracia até haver uma tentativa de golpe no Uruguai em abril de 1996, levando aos Estados-Parte pensarem uma forma de institucionalizar o compromisso democrático. Em julho do mesmo ano houve a Declaração sobre o Compromisso Democrático, na qual “os presidentes reafirmaram sua plena adesão aos princípios e às instituições democráticas, aos Estados de direito e ao respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais”¹⁴. Este compromisso foi incorporado formalmente no Tratado de Assunção com a conclusão do Protocolo de Ushuaia, entrando em vigor em 2002.

O Brasil sempre teve preocupação por suas fronteiras, principalmente as do sul, por isso a grande rivalidade com a Argentina. Então, a partir da década de 1970, começa a fazer vários acordos importantes bilateralmente, especulando uma aproximação entre os países da região, como descreve Seitenfus (2005): “... a construção da hidroelétrica de Itaipu com o Paraguai; a exploração do gás boliviano; a colaboração industrial com a Venezuela e a assinatura, em 1976, do Pacto Amazônico com a Bolívia, Equador, Guiana, Suriname Peru e Colômbia.”

Conseqüência de um projeto entre Brasil-Argentina, o Programa de Interação Argentina/Brasil (PICE) de 1968 - que, como constata Lavina (1994), tinha como meta acabar com as rivalidades entre ambos - o MERCOSUL surgiu com o plano de articulação entre as economias destes países que passavam por crises profundas. Também pode-se dizer que é fruto dos avanços democráticos da década de 1980, como já explicitado anteriormente. Tanto o Paraguai quanto o Uruguai sempre observadores, algumas vezes objetos de atuação externa da Argentina e do Brasil:

“Uruguai, desde o governo Sanguinetti, era convidado a participar das solenidades que formalizavam cada novo acordo, como se fosse sinalizada a ausência de lesão ou de prejuízo aos seus interesses. Já o Paraguai retomava um aparente regime democrático e ambicionava a participação no novo mercado, que tinha como sócios os seus maiores parceiros comerciais. Em ambos os casos, é imensa a importância dos precursores em relação aos aderentes.” (SEITENFUS, 2005, p.290).

Com a aproximação dos dois presidentes do Brasil e Argentina, tornou-se possível pensar na idéia sobre a criação do MERCOSUL, aproximação essa

¹⁴ Idem, p.202-203.

concretizada em um encontro em Foz de Iguaçu com José Sarney e Raul Alfossín. Em tal encontro houve a declaração do surgimento de novos rumos para o Cone Sul, sendo necessário ambos os países crescerem simultaneamente para que houvesse uma integração regional, evolução econômica e política e inserção na economia mundial.

O nascimento do MERCOSUL se deu inicialmente pelo Tratado de Assunção, onde após sua assinatura, colocaram-se três situações importantes para uma integração. A primeira situação definida foi a construção de uma Zona de Livre Comércio, eliminando barreiras alfandegárias e não alfandegárias. O objetivo aqui foi de criar um comércio regional, tendo a complementaridade entre as economias dos Estados membros. Logo após vem a definição do estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum, caracterizando então uma União Aduaneira e concretizando uma política comercial. Por último coloca-se como objetivo a livre circulação dos bens, do capital, do trabalho e do conhecimento, tendo-se então a constituição do Mercado Comum.

Vale lembrar que o MERCOSUL apenas assumiu o caráter de uma organização internacional propriamente dita com o Protocolo de Ouro Preto assinado em 1994, quando adquiriu personalidade jurídica após sua entrada em vigor em dezembro de 1995.

Contudo, apesar de ser um dos únicos blocos da América Latina a conseguir uma certa “união”, o MERCOSUL possui várias falhas que acabam por caracteriza-lo como um bloco fraco no meio internacional. Não há uma liderança explícita que deveria ter o Brasil sobre o bloco, já que é a maior potência tanto deste como da região. Segundo Herz (2004), isto ocorre devido a sua condição de país em desenvolvimento, que o limita de exercer uma hegemonia dentro do bloco. Também a outras questões, como a falta de eficácia das normas, pois, estas não são internalizadas em sua maioria, gerando um não comprometimento por parte dos Estados-Membros em cumpri-las já que não há controle com a falta de sanções previstas, tornando o processo de integração fictício já que não sai do papel:

“Quanto às demais normas, há aquelas que são incorporadas por atos administrativos do Poder Executivo, e há dispositivos que devem ser internalizados por meio do procedimento de aprovação pelos Parlamentos Nacionais, ou seja, as normas que atingem, por qualquer modo, as ordens nacionais. Regidas pelo dispositivo do artigo 40 do Protocolo de Ouro Preto, não se poderia, em tese, falar em promulgação (e existência jurídica da regra) enquanto a Secretaria do MERCOSUL (SM) não comunicasse a internalização pelos quatro Estados-Partes. A vigência ocorreria trinta dias após esta comunicação. Na prática, a vigência das normas ocorre quando de sua internalização no respectivo território.” (SEITENFUS, 2005, p.299).

Esta baixa internalização das normas do bloco, para Herz (2004), se deve pela integração ser construída por chancelarias e executivos dos Estados-Membros, não existindo consulta à sociedade e ao legislativos. As tomadas de decisões dos Estados-membros sem consultar o restante do bloco dificulta ainda mais o processo, já que estas são de impacto para todos, dificultando a cooperação e não colocando o MERCOSUL como ator preponderante da política internacional.

Uma outra crítica apontada por Seitenfus (2005) é a de o bloco ter mais Estados-Associados¹⁵ que Estados-Membros.

¹⁵ “Os Estados Associados do Mercosul são Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru. Sua existência justifica-se em função do compromisso do Mercosul com o aprofundamento do processo de integração regional e pela importância de desenvolver e intensificar as relações com os países membros da ALADI. Nesse sentido, apenas países membros da ALADI podem associar-se ao Mercosul, desde que celebrem Acordos de Livre Comércio com o bloco. Além disso, Estados que desejem se associar devem aderir ao Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul, Bolívia e Chile e à “Declaração Presidencial sobre Compromisso Democrático no Mercosul”. Os Estados Associados podem participar, na qualidade de convidados, das reuniões dos órgãos da estrutura institucional do Mercosul para tratar temas de interesse comum, mas sem direito a voto.” <<http://www.mercosul.gov.br/perguntas-mais-frequentes-sobre-integracao-regional-e-mercosul-1/sobre-integracao-regional-e-mercosul/>>. Retirado em: 09/09/09, as 23:55.

5. RELAÇÃO VENEZUELA E AMÉRICA LATINA

Nos anos 60, a Venezuela era contra à integração sub-regional na América do Sul, enquanto lutava pela manutenção da quota de petróleo no mercado norte-americano e defendia o protecionismo e as restrições às importações para o crescimento de sua indústria. Não se integrou a ALALC e ao GATT (General Agreement on Tariffs and Trade) pois não concordava em fazer concessões aduaneiras, preferindo fazer acordos bilaterais – que não foram muitos. Em sua política internacional mantinha-se receosa com o liberalismo, segundo Cervo (2001), pois não queria comprometer o projeto nacional de industrialização. Aderiu a Opep (Organização de Países Exportadores de Petróleo) para defender o preço de seu combustível e ganhar no preço das exportações, o que não teve sucesso já que havia uma grande oferta no mercado internacional e também pela não aceitação por parte dos países americanos sobre as políticas de quotas de importação por origem.

Os países latino-americanos estavam importando de quem lhes comprasse, enquanto a Venezuela fechava seu mercado à importação. Na época, o Brasil era o segundo maior importador de petróleo venezuelano no continente, ficando atrás apenas para os EUA. Se mesmo o Brasil não conseguia expandir seu comércio com a Venezuela, para o restante dos países sul-americanos era praticamente impossível. E assim o isolacionismo venezuelano disseminou-se no vazio com os países latino-americanos.

O presidente venezuelano Romulo Betancourt, em seu mandato de 1959, estabeleceu sua doutrina - a doutrina Betancourt - que também era um fator importante deste isolacionismo. Tal doutrina tratava de sanções que deveriam ser aplicadas a regimes que iam contra aos direitos humanos, a legalidade das instituições e a democracia, como confirma Cervo (2001), lembrando que se fala de uma época onde Fidel acabara de ascender em seu regime comunista em Cuba e as ditaduras de direita começaram a se espalhar por quase toda América do Sul.

Apenas após a entrada do presidente Rafael Caldera Rodríguez em 1968 que a relação Venezuela-América do Sul começou a progredir. Este não estava mais disposto em se comprometer com a doutrina Betancourt, integrou-se a ALALC e ao movimento de integração.

Na década de 70, o sucessor de Caldera, Carlos Andrés Pérez, tentou conquistar uma hegemonia por parte da Venezuela na América Latina, e utilizava da estratégia para

tentar prejudicar as relações Brasil-Venezuela. Tal objetivo não foi alcançado principalmente pelo apoio brasileiro à política venezuelana de altos preços para o petróleo, segundo Cervo (2001): “...era uma variável de sua luta pela valorização das matérias-primas produzidas pelo Terceiro Mundo, o Brasil adquiriu novo conceito na política exterior da Venezuela...”.

Nos anos 80 começa a mudança da política externa da Venezuela, e com ela a aproximação com o Cone Sul:

“As tradicionais linhas de força da política externa venezuelana mantiveram-se nos anos 80: as relações com os Estados Unidos e com as regiões do Caribe e da América Central. Manteve-se, igualmente, o tradicional conflito externo, a questão de Essequibo, nos limites com a Guiana. Nos anos 80, entretanto, Caracas inovou quanto à política exterior, ao consolidar as relações com o Brasil e ao buscar novas aberturas com a China Popular. A inclinação realista para a América Latina e o crescente interesse pela integração efetiva da região derivavam da constatação de que a Venezuela não era mais objeto das prioridades continentais dos Estados Unidos.” (CERVO, 2001, p.264).

Logo após essa mudança de foco regional na política externa da Venezuela, nos anos de 1990 ela se alia ao Brasil, especificamente em 1994 com o Protocolo de La Guzmara assinado pelos respectivos presidentes da época, Rafael Caldera e Itamar Franco. Tal protocolo criou a Comissão Binacional de Alto Nível, estabelecendo um acordo bilateral de três eixos: o desenvolvimento de ações na zona de fronteira, para assegurar a ocupação e desenvolvimento da região amazônica; o estímulo ao comércio e aos investimentos; e ações conjuntas com vistas à formação de uma zona de livre comércio na América do Sul¹⁶.

¹⁶ 3ª. Audiência Pública para instruir o Projeto de Decreto Legislativo no. 430, de 2008. 18ª. Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, 9 de junho de 2009. Disponível em: http://observatorio.iuperj.br/pdfs/2_conferencias_2009_06_09_Lima_Venezuela.pdf

6. ADESÃO DA VENEZUELA NO MERCOSUL COMO ESTADO-MEMBRO: VANTAGENS E DESVANTAGENS

6.1 Para o MERCOSUL

Sendo a terceira maior economia da região, a adesão da Venezuela no MERCOSUL fortaleceria o bloco, já que possui uma forte potência energética, uma das maiores reservas de petróleo e gás natural da América e tem em seu domínio parte da Amazônia. Além disto, sua proximidade geográfica e relações estratégicas com o Caribe, América Central, México e EUA também são quesitos importantes de sua força.

Com o Protocolo de La Guzmara, a relação bilateral da Venezuela com o Brasil, principal membro do bloco tornou-se importante para ambos. A entrada da Venezuela no bloco seria o resultado do início desta relação que foi sendo cultivada ao longo do tempo pelos presidentes brasileiros, e atualmente se nota a construção desta relação quando se pega dados das exportações venezuelanas para o Brasil. Em 2007 houve um aumento de 858% de US\$536,7 milhões em 1999 para US\$5.1 bilhões em 2008. A balança comercial brasileira para a Venezuela passou de um déficit de US\$437,6 milhões em 1999 para um saldo positivo de US\$4.6 bilhões em 2008¹⁷. Isto ocorreu pelo fato de o atual governo venezuelano dar preferência ao MERCOSUL, onde antes essa preferência era um mercado pequeno na Colômbia, México e Estados Unidos, tradicionais parceiros desde o século XIX.

Pensando em uma perspectiva política, a adesão traria uma amplitude do bloco, estimulando a integração regional e assim consolidando a cooperação entre os Países-Membros. Caso contrário poderá haver um outro isolacionismo por parte da Venezuela:

“no plano internacional, este ato hostil pode estimular um sentimento de isolamento, ampliando o dilema de segurança externo venezuelano e pode gerar um cenário revisionista em sua política externa com a participação de atores extra-regionais em nossa política regional”. (LIMA, 3ª. Audiência Pública para instruir o Projeto de Decreto Legislativo no. 430, de 2008. 18ª. Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, 9 de junho de 2009).

O ponto divergente da adesão é o socialismo por parte do atual governo na Venezuela com o caráter democrático do MERCOSUL. Os países do bloco buscam fórmulas de desenvolvimento comuns para conjuntamente se inserirem na economia

¹⁷ Idem.

mundial, e neste contexto a Venezuela teria muito a oferecer para o bloco, caso o governo não se torne autoritário e excessivamente nacionalista¹⁸.

O Paraguai ainda não se posicionou sobre a adesão, e adiou sua decisão com o objetivo de evitar uma rejeição parlamentar que possivelmente afetaria a boa relação existente com a Venezuela. Vários legisladores e governistas do país criticaram duramente as medidas de Hugo Chávez sobre o fechamento dos meios de comunicação em seu país, questionando o compromisso democrático do governo venezuelano. Apesar disto, o presidente paraguaio, Fernando Lugo, apóia o ingresso pois acredita que a este traria um conta-peso entre as economias grandes e pequenas dentro do bloco¹⁹.

6.2 Para a Venezuela

O governo venezuelano ao perceber a necessidade de cooperação e tendo em vista as possibilidades existentes de alianças entre atores e blocos no qual poderia buscar uma integração regional, avalia a sua inserção ao MERCOSUL como uma boa opção no intuito de intensificar e tornar mais efetiva a política que preza, já que possui afinidades políticas compartilhadas com os demais integrantes no que diz respeito aos ideais políticos de esquerda e também por possuírem algumas semelhanças históricas na formação dos seus Estados. São essas semelhanças, moldadas nas relações dos seus processos de descolonização, independência e constituição de seus governos, mais as semelhanças presentes em suas sociedades como o alto nível de desigualdade social e os altos índices de pobreza e desemprego, que condicionam e levam determinados Estados a quererem fazer parte de blocos regionais, como é o caso da Venezuela.

O posicionamento favorável da Venezuela de ingressar ao MERCOSUL se dá devido ao fato de sua percepção de continuar a buscar seus objetivos de expansão de sua influência política dentro do sistema internacional - sem uma grande interferência dos atores mais fortes - será mais compensador se agir através de uma integração regional via MERCOSUL para que através disso, possa continuar a adotar medidas políticas internas e externas que confronte os interesses dos Estados mais fortes como a

¹⁸ Coordenador Executivo do OPSA (Observatório Político Sul-Americano) em “Venezuela no Mercosul: adaptação”. Disponível em:

http://observatorio.iuperj.br/pdfs/68_artigos_Venezuela_no_Mercosul_Adaptacao.pdf

¹⁹ <<http://www.abril.com.br/noticias/mundo/paraguai-adia-decisao-entrada-venezuela-mercosul-491587.shtml>>. Acessado em: 24/09/2009 as 12:12.

nacionalização de empresas privadas e os acordos bilaterais de energia com o Irã, mas, contudo, tendo o respaldo do bloco.

A partir disso, a Venezuela faz uma análise de custo-benefício de sua inserção no MERCOSUL, entre a opção de agir isoladamente contra as oposições impostas, principalmente pelos Estados Unidos e se inserir em um bloco regional para adquirir um poder maior de barganha. Dessa forma, arrisca-se dizer que, mesmo tendo algumas de suas liberdades limitadas com o ingresso ao bloco pela limitação de sua soberania estatal ao ter que se submeter às regras e normas institucionalizadas entre os integrantes do bloco, ainda assim seria mais vantajoso fazer parte deste. Tudo isto tendo em vista a busca da conquista de seus objetivos, que é em última instância, o aumento de seu potencial de resistir às interferências e barreiras implementadas pelo complexo sistema internacional.

A intenção de resistir a essas interferências se daria de forma que, ao se inserir no MERCOSUL, a Venezuela negociaria em conjunto com Estados de maior influência no ambiente regional como também internacional, aumentando seu poder de barganha. Uma vez que esta se integre ao bloco, qualquer política econômica de alguma potência contra o próprio Estado, sofreria uma reação não mais isolada, mas de todo o bloco.

A Venezuela sabe que uma integração regional com MERCOSUL lhe trará inúmeras possibilidades de acordos e de cooperação entre os integrantes do bloco no momento em que concretizar sua integração, o que conseqüentemente lhe proporcionará meios externos que possibilitarão seu desenvolvimento nacional como: tarifação reduzida para importação de produtos com alta demanda no mercado interno - material elétrico, material de transporte, produtos químicos, metais comuns, produtos agrícolas, papel, plástico e manufatura, automóveis, produtos pecuários e telefonia móvel; facilitação das exportações de diversos produtos para os outros membros do bloco, sendo exemplos o petróleo e derivados, energia elétrica e produtos minerais.

Chávez possui certos objetivos com essa adesão em sua política externa para a América Latina, como: promover uma integração militar, criar a petroamérica fundindo então as estatais de petróleo, criação de um Fundo Monetário Latino-Americano em oposição ao FMI, criar uma Carta Social Interamericana em oposição à cláusula democrática da OEA, projetar internacionalmente seu modelo bolivarista, ente outros.

No caso da integração militar, seria fazer do MERCOSUL um centro estratégico para conter os EUA²⁰.

6.3 Etapas do processo de adesão

Desde o final dos anos de 1990 a Venezuela vem realizando acordos de cooperação econômica com o MERCOSUL por meio da CAN. Em 1998 foi assinado o Acordo Marco, que visa a cooperação econômica entre os dois blocos. Após a assinatura dos Acordos de Complementação Econômica em 1999, 2002 e 2003, houve um aprofundamento nas relações dos blocos. Em 2004, por decisão do Conselho do Mercado Comum (CMC), a Venezuela se apresentou na condição de Estado associado do MERCOSUL.

Em dezembro de 2005, por decisão do CMC, foi aprovada a solicitação de incorporação da Venezuela como Estado-Parte do bloco e em maio 2006 foi criado um Grupo *Ad Hoc*, contendo integrantes dos Estados-Partes do MERCOSUL para fazer a negociação dos prazos e definir as condições que estabeleceriam as etapas do processo de adesão do país ao bloco, que foram concluídas no mesmo mês com a apresentação do Protocolo de Adesão, no qual foi definido a previsão dos prazos da adoção da TEC e liberalização do comércio entre a Venezuela e os Países-Membros do bloco. Também ficaram estabelecidas as condições para a adoção do conjunto de normas comunitárias. No geral, decidiu-se que a Venezuela terá quatro anos para adotar a TEC e até o fim deste prazo o país deverá de ser adaptar às regras do Regime de Origem do MERCOSUL²¹.

Os Congressos do Uruguai e Argentina já aceitaram a entrada da Venezuela, e metade dos votos do Congresso brasileiro também está a favor. O Paraguai, recentemente retirou o pedido de concordância sobre o ingresso, sendo o único país do bloco cujo o poder legislativo ainda não tratou no tema²².

²⁰<<http://www.baguete.com.br/colunasDetalhes.php?id=2279>>. Acesso em: 22/09/2009, as 12:15.

²¹<<http://virtualbib.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/1963/TD153.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 22/09/2009, as 14:59.

²²<<http://www.abril.com.br/noticias/mundo/paraguai-adia-decisao-entrada-venezuela-mercosul-491587.shtml>>. Acessado em: 24/09/2009 as 12:12.

7. CONCLUSÃO

A integração regional na América Latina é uma idéia desde os tempos de colônia dos países, construída inicialmente por Simon Bolívar. Apesar das dificuldades existentes na América do Sul, o MERCOSUL é uma representação deste ideal, que possui base na identidade latino-americana e no regionalismo.

Os blocos econômicos são de grande peso na economia e política internacional para uma região e para seus respectivos países. Na América do Sul, o MERCOSUL, apesar de ainda estar no início de seu desenvolvimento como bloco, já conquistou alguns avanços importantes para os países que o integram. Existe uma necessidade de fortalecimento do bloco, e a entrada da Venezuela ajudaria nesse aspecto, já que é um país de peso na questão de fonte energética, além de, por já possuir acordos econômicos bilaterais com os países da região, teria também a possibilidade de promover uma expansão no MERCOSUL.

Porém, encontram-se certas dificuldades com relação a integração do Estado bolivariano na organização econômica regional da América do Sul, uma vez que todavia necessita-se de uma aprovação unânime entre seus membros atuais, coisa essa que está sendo discutida principalmente no âmbito do poder legislativo do Paraguai e do Brasil. Em contra-partida, espera-se que a política – doméstica e externa – desempenhada pela Venezuela e seus governantes, seja promovida conforme os padrões democráticos aceitos e exigidos pelo MERCOSUL.

Assim sendo, a sociedade internacional aguarda esperançosa e acompanha confiante o desenvolvimento das negociações que envolvem a integração da Venezuela no bloco econômico sul americano, uma vez que o futuro das interações regionais e internacionais dos Estados componentes de tal hemisfério dependerá em grande parte do desfecho desse processo.

REFÊRENCIAS:

CERVO, Amado Luiz. "A Venezuela e os seus vizinhos". Revista Cena Internacional. 2001. Disponível em: < <http://www.scielo.br/scieloOrg/php/reflinks.php?refpid=S0102-6909200600020000400019&pid=S0102-69092006000200004&lng=en>>. Acessado em: 18 set. 2009.

CERVO, Amado L. **Relações Internacionais da America Latina: velhos e novos paradigmas**. Brasília: IBRI, 2001.

DÁVILA, Sérgio. Chávez defende reeleição sem limite. **Folha Online**, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u102348.shtml>>. Acessado em: 20 set. 2009.

ELSTER, J. **Peças e Engrenagens das Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ESTEVES, Paulo Luiz (Org.). **Instituições Internacionais: comércio, segurança e integração**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003.

HERZ, Mônica. **Organizações Internacionais: história e práticas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

KEOHANE, Robert O. **International Institutions: Two Approaches**. Publicado em: *International Studies Quarterly*, vol. 32, No 4, 1998.

LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Liana M. da F.; NABUCO, Maria Regina. **Integração, região e regionalismo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

LOPES, Dawisson Belém. **BOLIVARIANISMO (OU BOVARISMO?) DO SÉCULO XXI**. 2007. Disponível em: <<http://neic.iuperj.br/textos2/Dawisson%20Bel%C3%A9m%20Lopes.pdf>>. Acessado em: 20 set. 2009.

MCCOY, Jennifer. **O referendo na Venezuela: Um ato em um drama inacabado**. jun. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n72/a01n72.pdf>>. Acessado em: 13 set. 2009.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. **Manual das Organizações Internacionais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

VENEZUELA. Constituição (1999). **Constituição da República Bolivariana da Venezuela**. Caracas. Disponível em: <<http://www.tsj.gov.ve/legislacion/constitucion1999.htm>>. Acessado em: 20 de set. 2009.

VALENTE, Leonardo; SANTORO, Maurício. **A diplomacia midiática do Governo Huho Chávez**. Revista Espaço Acadêmico. Rio de Janeiro. 2006. Disponível em: <http://observatorio.iuperj.br/artigos_resenhas/Diplomacia_Midiatica_Governo_Chavez.pdf>. Acessado em: 20 de set. 2009.

VILLA, Rafael Duarte. **Venezuela: mudanças políticas na era Chávez**. vol.19, n.55, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n55/10.pdf>>. Acessado em: 20 set. 2009.

<http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2006/06/060616_mercosulvenezuela_mcfn.shtml>. Acessado: 21/09/2009.

<http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2006/06/060616_mercosulvenezuela_mcfn.shtml> Acessado: 21/09/2009.

<http://observatorio.iuperj.br/pdfs/2_conferencias_2009_06_09_Lima_Venezuela.pdf > Acessado: 21/09/2009.

<http://observatorio.iuperj.br/pdfs/68_artigos_Venezuela_no_Mercosul_Adaptacao.pdf > Acessado: 21/09/2009.

<<http://virtualbib.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/1963/TD153.pdf?sequence=1>> Acessado: 21/09/2009.

<<http://www.comexnet.com.br/comexnet/index.cfm?pag=cont/exp/5.cfm#3>> Acessado: 21/09/2009.

<<http://www.mercosur.int/msweb/>> Acessado: 21/09/2009.

<<http://lcweb2.loc.gov/frd/cs/>> Acessado: 21/09/2009.

<<http://www.abril.com.br/noticias/mundo/paraguai-adia-decisao-entrada-venezuela-mercosul-491587.shtml>> Acessado em: 24/09/2009.